

Ponto de encontro para a cultura

GERDAN WESLEY

Flávia Lima

As portas do Conjunto Cultural da República serão abertas oficialmente no dia 15, data em que Oscar Niemeyer, arquiteto e idealizador do projeto, completará 99 anos. São 11 mil metros quadrados construídos para abrigar o que nasceu para ser um dos maiores complexos culturais do país. As obras custaram R\$ 110 milhões.

Pelo projeto de Niemeyer e de Lúcio Costa, o Conjunto Cultural da República será formado por seis prédios nos Setores Culturais Sul e Norte. Apenas a biblioteca e o museu estão prontos, próximos à Catedral.

Eles foram batizados como Biblioteca Nacional Leonel de Moura Brizola e Museu Nacional Honestino Guimarães. Do lado norte, completando o setor onde fica o Teatro Nacional, serão construídos o Centro Musical, Conjunto Multiplex de Cinemas e Lojas e Cinemas 180°.

O secretário de Cultura do Distrito Federal, José Ricardo Marques, não mede elogios ao novo Conjunto Cultural da cidade.

— O complexo de cultura tem de ser encarado como fator de desenvolvimento social, cultural, econômico e educativo de Brasília. Proporcionaremos à população um local de encontro com a cultura. É novo, é revolucionário, é arte, é o futuro — repetia o secretário.

Segundo ele, museu não é um lugar apenas de exposições de quadros ou esculturas. Mas também de teatro, dança, música e arte. Assim como biblioteca não é apenas um lugar de livros. Tem também revistas, jornais, computadores e exposições.

Aliás, livro é o que menos tem na biblioteca do Conjunto Cultural da República. No prédio de cinco andares e capacidade para receber 400 mil obras, é pouca a quantidade de

livros que estarão disponíveis para a população este ano. Para não dizer que as estantes estarão completamente vazias, alguns títulos doados pelo Sesi e por Oscar Niemeyer farão companhia a revistas e jornais de todo o país.

— Um acervo é construído em muitos e muitos anos. Parcerias e convênios foram fechados para que a biblioteca vá, aos poucos, completando o acervo de livros — justifica o secretário. — Mas 100 computadores já foram recebidos — completa.

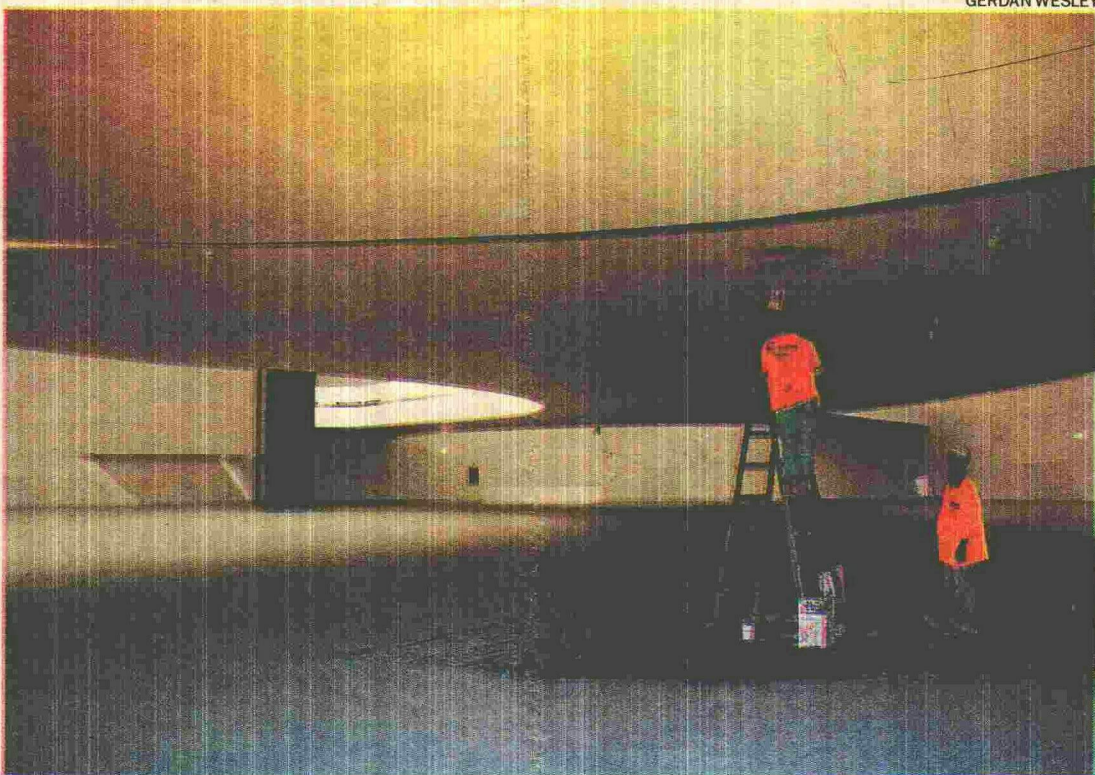
Os 100 computadores vão ao encontro do conceito de biblioteca moderna que a Secretaria de Cultura deseja implantar. A ênfase do projeto é na biblioteca digital, com sistema de consultas a outras bibliotecas do país. De acordo com o secretário, a população poderá imprimir capítulos de livros quando não quiser ler apenas na tela do computador.

A função de abastecer a biblioteca com livros será do próximo governo. Nem sequer as estantes foram colocadas para receber os exemplares.

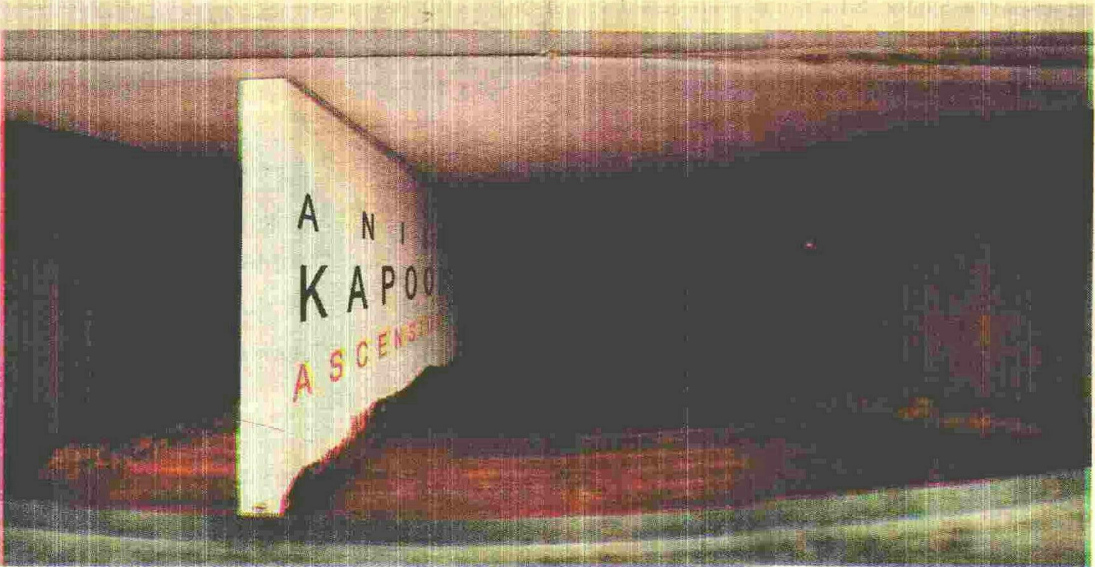
— É ético e correto que o próximo governo escolha o mobiliário e decida como preencher o espaço vazio — justifica José Ricardo Marques.

Enquanto isso, o museu abrirá as portas com parte do espaço ocupada. A exposição *Niemeyer por Niemeyer* marcará o início das comemorações do centenário do arquiteto. Em março, quando a mostra sair de cartaz, outras também temporárias devem ocupar o espaço de exposições do museu.

Segundo disse o secretário, a equipe técnica do Complexo Cultural da República é formada por 30 profissionais. Cerca de 50 pessoas cuidam da limpeza. O complexo gerará ainda mais 200 empregos. Até agora, porém, ninguém foi contratado. Os funcionários que ficarão na biblioteca e no museu foram remanejados de outros setores da Secretaria de Cultura.



Interior do Museu Nacional: espaços que não serão utilizados apenas para exposições



CÂMARA ■ Deputados começam a colocar a sua agenda em dia

Distritais acabarão com o voto secreto

Após dois dias de marasmol, os deputados distritais decidiram mostrar serviço ontem e votaram mais de vinte projetos da pauta mínima definida no começo da semana. A pauta, que continha três projetos de cada um dos deputados que deixam a Casa em janeiro e um dos que ficam, avançou graças a acordo de líderes, mas a sessão não a esgotou. Entre os projetos, o mais polêmico foi a Emenda à Lei Orgânica nº 5, do deputado Chico Leite (PT), que acaba com o voto secreto na Câmara.

Pela proposta, aprovada com voto unânime dos 17 par-

lamentares presentes no início da sessão, só haverá voto secreto se analisar questão de relevância, definida pela maioria absoluta da Casa.

— Essa aprovação só foi possível em virtude do convencimento de distritais que mudaram de opinião e aderiram à bandeira da transparência — afirmou Leite.

Por ser emenda à Lei Orgânica, o projeto exige prazo regimental de 10 dias para ser votado em segundo turno, mas o presidente Fábio Barcellos, anunciou que não pretende entrar em recesso sem aprovar o voto secreto em definitivo.